

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

# POTENCIALIZANDO SOLUÇÕES COMUNITÁRIAS CONTRA CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

DIÁLOGOS ECO-SOLVE

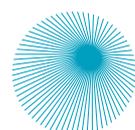
Laura Avila | Gabriel Funari

JULHO DE 2025

**ECO  
SOLVE**



**GI-TOC**



**GIFP**  
Global Illicit Flows  
Programme



Funded by the European Union

## **SOBRE OS AUTORES**

**Gabriel Funari** é o coordenador do Observatório da Amazônia da *Global Initiative Against Transnational Organized Crime* (GI-TOC). Seu trabalho se concentra em crimes ambientais, fluxos transnacionais de drogas e respostas comunitárias ao crime organizado. Gabriel é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford e mestre em estudos latino-americanos pela Universidade de Cambridge.

**Laura Avila** atua como coordenadora de subsídios na GI-TOC, onde coordena e gerencia o engajamento comunitário e a concessão de subsídios, com foco principalmente em iniciativas globais de combate a crimes ambientais. Laura é mestre em estudos do desenvolvimento, com especialização em conflitos, direitos humanos e gênero, pelo *Institute of Social Studies* da Universidade Erasmus de Roterdã.

## **AGRADECIMENTOS**

Somos imensamente gratos aos defensores ambientais e líderes comunitários que participaram dos diálogos ECO-SOLVE. Suas intervenções são a base deste relatório, e sua coragem, generosidade e entusiasmo são fontes permanentes de inspiração. Agradecemos também a Simone Haysom, Mark Shaw e à equipe de Publicações da GI-TOC pela revisão do texto e pelos comentários essenciais. Nosso agradecimento ainda à União Europeia pelo apoio ao programa ECO-SOLVE.

© 2025 ECO-SOLVE

*Global Initiative Against Transnational Organized Crime*

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, por qualquer meio ou formato, sem permissão por escrito da *Global Initiative*.

Capa: © Pablo Porciuncula/AFP via Getty Images

Dúvidas e solicitações devem ser enviadas para:  
*The Global Initiative Against Transnational Organized Crime*  
Avenue de France 23  
Genebra, CH-1202  
Suíça  
[www.globalinitiative.net](http://www.globalinitiative.net)

# ÍNDICE

## **RESUMO ... 2**

Metodologia ... 3

Principais conclusões ... 4

## **INTRODUÇÃO ... 7**

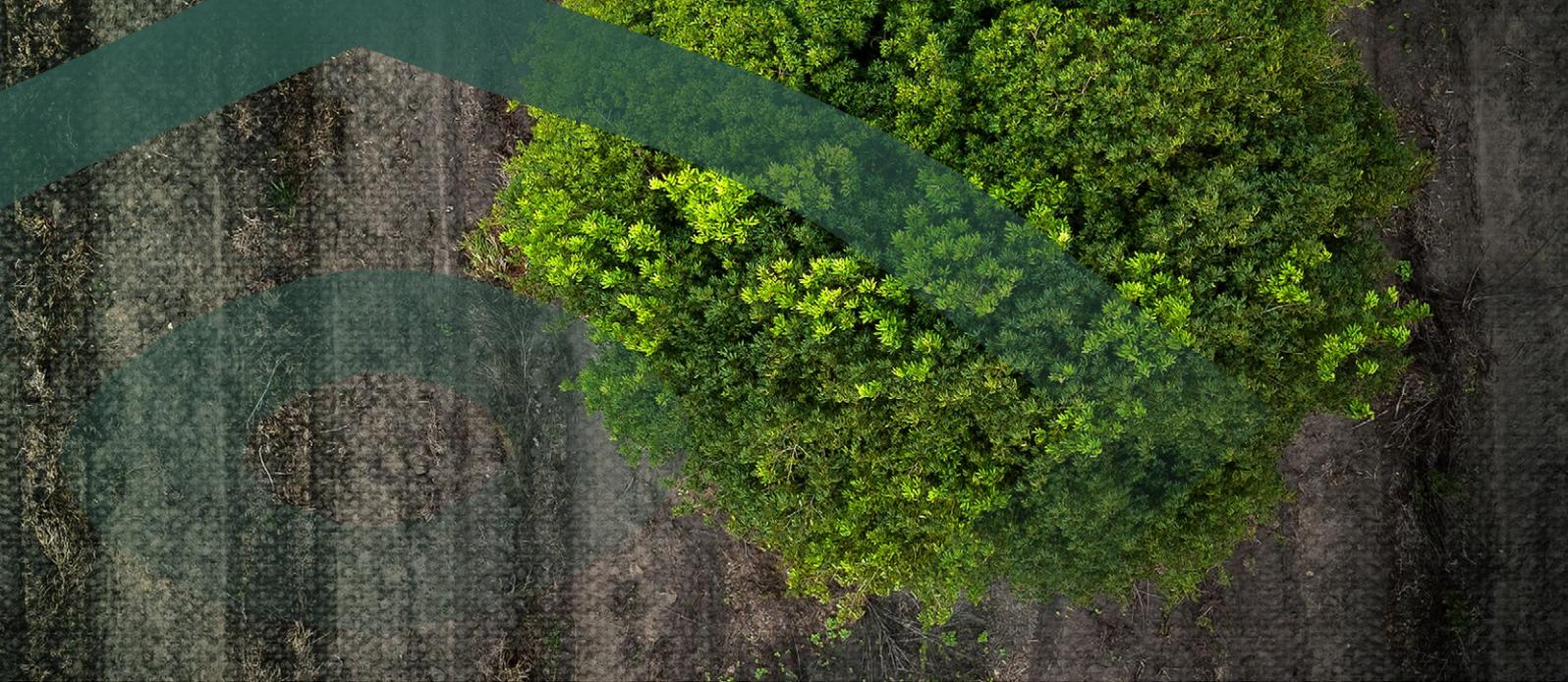
Colhendo percepções das comunidades sobre crimes ambientais ... 8

## **PARÁ: EPICENTRO DOS CRIMES AMBIENTAIS E DA RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA ... 9**

Comunidades na linha de frente do risco e da reação ... 10

## **RECOMENDAÇÕES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ... 15**

Notas ... 20



## RESUMO

A atenção global aos desafios ambientais enfrentados pela Amazônia aumentou com a aproximação da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém, capital do Pará, na Amazônia brasileira, em novembro de 2025. Este é um momento raro que oferece a oportunidade de colocar as vozes dos defensores ambientais da região no centro das discussões políticas sobre as crises ambientais e de segurança humana que se entrelaçam neste que é um dos biomas mais críticos para os esforços globais de conservação. Na linha de frente na proteção da floresta, lideranças indígenas, quilombolas e ribeirinhas têm profundo conhecimento das economias ilícitas, da falta de capacidade do Estado e das pressões extrativistas que afetam a região. Suas percepções são essenciais para construir respostas mais legítimas e eficazes aos crimes ambientais.

Este relatório resultado de um diálogo comunitário de dois dias promovido pela *Global Initiative Against Transnational Organized Crime* (A Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, GI-TOC), no âmbito do projeto ECO-SOLVE. Reunindo lideranças dos estados do Pará e do Acre, o encontro priorizou as vivências locais em vez de narrativas elitizadas, e o saber enraizado em detrimento da abstração técnica. O resultado é um conjunto de constatações e recomendações de políticas públicas orientadas pelas lideranças comunitárias, com o objetivo de transformar a forma como governos, financiadores e organismos multilaterais se relacionam com a Amazônia.

Uma das mensagens mais claras que emergiram do diálogo é que os esforços para proteger a floresta amazônica são sistematicamente prejudicados pelas relações com as autoridades governamentais. Participantes relataram violência policial generalizada e impunidade sistêmica diante de uma série de violações ambientais. Eles também apontaram como atores do setor privado, especialmente do agronegócio e da infraestrutura, exploram brechas legais e processos de consulta frágeis para avançar sobre territórios indígenas e tradicionais. Longe de serem problemas pontuais, esses padrões refletem uma economia política mais ampla, na qual ciclos de violência e exploração comunitária fortalecem a atuação de criminosos ambientais em toda a Amazônia.



A atenção voltada para a maior região de floresta tropical do mundo aumentou com a aproximação da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2025, que será realizada em novembro, em Belém, capital do estado do Pará, na Amazônia brasileira. © Pablo Porciúncula/AFP via Getty Images

Ainda assim, o diálogo não se resumiu à um diagnóstico dos danos. Os participantes ofereceram uma poderosa ressignificação da natureza e dos seus territórios – não como mercadorias, mas como sistemas interconectados de vida, conhecimento e identidade. Compartilharam estratégias que já estão sendo implementadas para enfrentar os crimes ambientais na Amazônia, como o policiamento comunitário e iniciativas de desenvolvimento sustentável. Essas estratégias não se tratam de gestos simbólicos, mas de modelos escalonáveis de prevenção, resiliência e justiça, que clamam por apoio internacional.

Os participantes pediram uma inclusão mais efetiva nos espaços de formulação de políticas públicas, inclusive na COP30. Propuseram também reformas nas leis brasileiras de consulta prévia, novas intervenções federais em áreas dominadas pelo crime ambiental e maior investimento em alternativas sustentáveis conduzidas pelas próprias comunidades. Além disso, enfatizaram a urgência de penas mais severas para crimes ambientais e a necessidade de capacitação especializada para agentes policiais membros do Judiciário que atuam na região amazônica<sup>1</sup>.

Ao amplificar essas demandas, este relatório contribui para um plano de ação guiado pelas comunidades locais, com o objetivo de reequilibrar as relações de poder e restaurar a justiça na floresta tropical mais vital do planeta.

## **METODOLOGIA**

Este relatório se baseia em diálogos realizados com lideranças comunitárias em Belém do Pará em maio de 2024, além de pesquisas de campo conduzidas pela GI-TOC sobre a dinâmica do crime na Amazônia. O material foi complementado por uma revisão de literatura organizado, além de entrevistas com especialistas autoridades governamentais e representantes da sociedade civil.

## Principais conclusões

### COMUNIDADES NA LINHA DE FRENTE DO RISCO E DA REAÇÃO

Em toda a Amazônia brasileira, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas enfrentam os crimes ambientais com resiliência e coragem, apesar de receberem pouco ou nenhum apoio formal. Os participantes dos diálogos ECO-SOLVE relataram como seus territórios estão sendo rapidamente transformados por uma confluência de economias ilícitas: grilagem de terras, garimpo ilegal, tráfico de madeira, narcotráfico e avanço do agronegócio. Essas atividades são facilitadas não apenas por criminosos, mas também por agentes públicos coniventes e por interesses privados que atuam sob uma fachada de legalidade.

Diante de ameaças e violência – de milícias, indústrias extrativistas e redes criminosas – as comunidades vêm mobilizando suas próprias estratégias de proteção frente a uma crise ambiental e criminal de múltiplas camadas. Essas estratégias incluem a criação de patrulhas de policiamento comunitário, organização de redes de assistência jurídica, promoção de alternativas econômicas sustentáveis e artesanais em substituição a meios de vida criminosos, e resistência ao monocultivo e ao uso de agrotóxicos. No território Kayapó, por exemplo, lideranças indígenas instalaram bases de monitoramento nas entradas dos rios para impedir a entrada de ilegais em suas terras. A ação é uma resposta direta às operações de garimpo de ouro, que vêm causando contaminação por mercúrio e gerando divisões sociais nas próprias comunidades.

### A GRILAGEM COMO NÚCLEO DA CRISE

Povos indígenas e comunidades tradicionais em toda a Amazônia enfrentam crescentes dificuldades para garantir e defender seus direitos territoriais. A grilagem – muitas vezes viabilizada por corrupção, documentação fraudulenta e conivência de autoridades locais – costuma ser a etapa inicial de um ciclo mais amplo de exploração ambiental. Uma vez que a terra é tomada ilegalmente, ela é desmatada para dar lugar ao agronegócio, à extração de madeira, à mineração ou a obras de infraestrutura. Esse processo obriga os habitantes tradicionais a abandonarem seus territórios, fragmenta comunidades e expõe os defensores do meio ambiente à violência e à intimidação.

### AUSÊNCIA DO ESTADO ALIMENTA A CRIMINALIDADE E CORRÓI A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Uma preocupação recorrente nos diálogos foi a ausência de proteção do Estado em muitas comunidades amazônicas. Esse vácuo tem permitido a proliferação de crimes ambientais. As comunidades frequentemente veem a polícia não como uma força protetora, mas como defensora dos interesses de empresas e das elites. Os participantes relataram casos de policiais prestando segurança irregular a empresas privadas envolvidas em infrações ambientais, ao mesmo tempo em que ignoram crimes cometidos contra moradores locais. A incapacidade do Estado de garantir segurança e justiça tem deixado as comunidades com a sensação de abandono e vulnerabilidade.

## **DEFENSORES AMBIENTAIS SOB ATAQUE**

Os participantes relataram um padrão de repressão direcionada contra aqueles que denunciam crimes ambientais. Lideranças comunitárias que se opõem a atividades ilegais promovidas por elites políticas, corporações ou grupos criminosos enfrentam criminalização, intimidação e, em alguns casos, assassinato. No Pará – uma das regiões mais perigosas para os defensores do meio ambiente – essa violência gerou um sentimento profundo de insegurança e medo entre aqueles que estão na linha de frente. “Quando denunciamos crimes ambientais, nós é que somos tratados como criminosos”, afirmou uma liderança.

A repressão, no entanto, não se limita às forças de segurança. Os participantes destacaram a cumplicidade de setores do Judiciário, com alguns juízes locais – frequentemente também proprietários de terra – usando sua autoridade para proteger interesses privados e silenciar quem discordar. Essa combinação de violência e conivência institucional deixou muitas comunidades sem meios de reagir frente à opressão estatal e corporativa.

## **SOLUÇÕES CLIMÁTICAS ESTÃO ALIMENTANDO ECONOMIAS CRIMINOSAS?**

Os participantes expressaram sérias preocupações sobre como certas iniciativas climáticas vêm sendo utilizadas para legitimar crimes ambientais e explorar comunidades locais. A grilagem de terras para cultivo de dendê, promovido como biocombustível sustentável, tem expulsado populações tradicionais sob o pretexto de desenvolvimento verde. Da mesma forma, esquemas de crédito de carbono estão cada vez mais associados a fraudes e coerções, com investidores externos pressionando comunidades a assinarem contratos obscuros e exploratórios. Em abril de 2024, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) alertou publicamente os povos originários a não firmarem acordos de crédito de carbono diante dos abusos generalizados.

Apesar da aprovação de novas regras em dezembro de 2024 para regulamentar o mercado de carbono no Brasil, os participantes mostraram-se céticos. Muitos rejeitaram a ideia de que sua relação com a floresta deva ser monetizada, reforçando que proteger seus territórios é um direito, não um serviço.

## **REDEFININDO O CONCEITO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO**

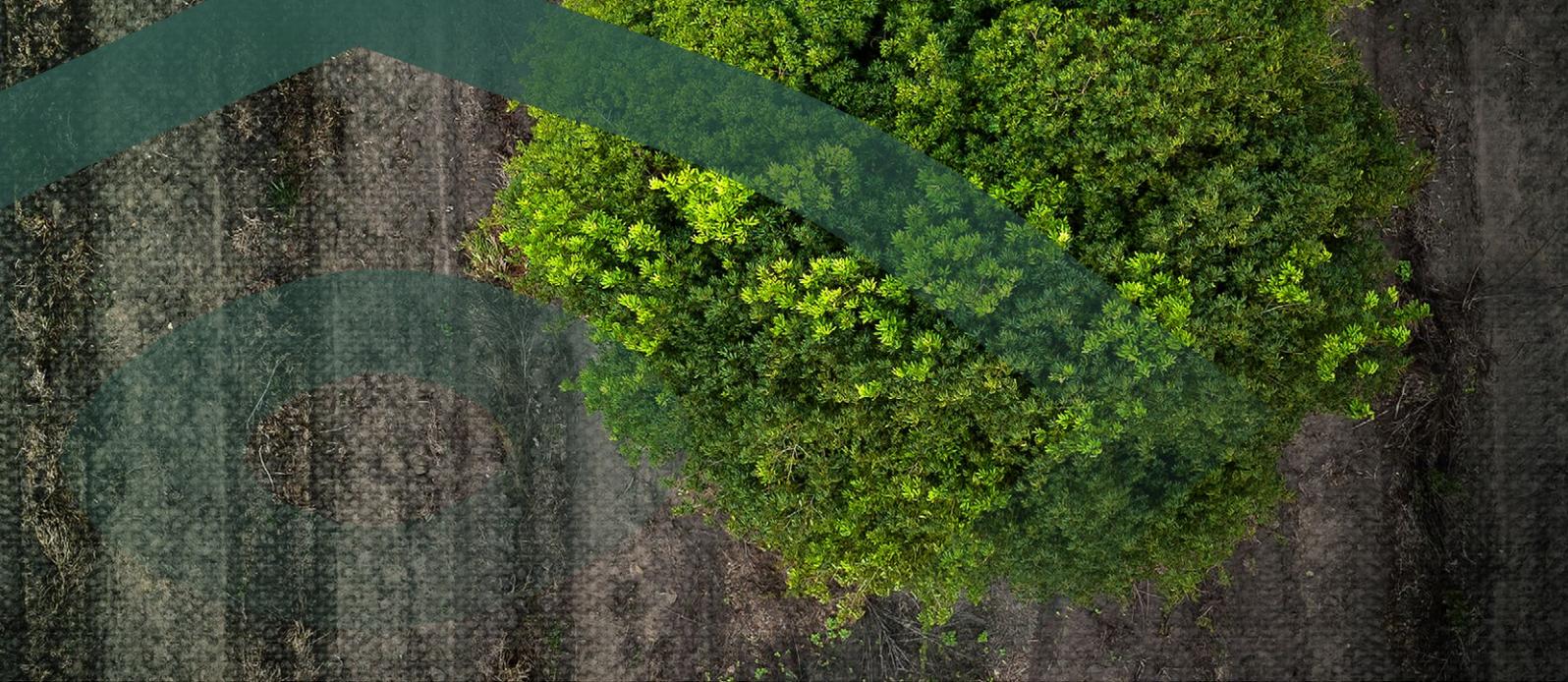
Os participantes expressaram uma visão holística e culturalmente enraizada da natureza – uma compreensão que desafia radicalmente a lógica que sustenta as indústrias extrativistas e o crime organizado. Para as comunidades amazônicas, os recursos naturais não são mercadorias exploráveis, mas parte de um sistema vivo que integra água, ar, terra, animais, minerais e seres humanos. A Amazônia é compreendida não como um reservatório de riquezas, mas como um ser vivo com profundo significado espiritual e prático.

Essa cosmovisão não é apenas uma fonte de identidade, mas também um instrumento de resistência. É o que motiva as comunidades a permanecerem em seus territórios, a protegerem a floresta e a rejeitarem modelos econômicos que reduzem a natureza a uma mercadoria. Os participantes descreveram como projetos extrativistas – seja mineração, monocultura ou infraestrutura – destroem ecossistemas e rompem o vínculo entre as pessoas e a terra. A devastação de rios, florestas e fontes de alimento reflete uma lógica de exploração que contrasta profundamente com a crença comunitária na interconexão, na reciprocidade e no cuidado de longo prazo.

## **COMUNIDADES COMO GUARDIÃS DOS RECURSOS E MOTORAS DE SOLUÇÕES DE BASE**

Apesar da violência, da marginalização e da exclusão dos processos decisórios, os participantes expressaram ideias claras e fundamentadas sobre o que esperam do Estado e do desenvolvimento local. Reivindicaram o reconhecimento de seus direitos territoriais, proteção contra a violência e uma regulamentação mais rigorosa do uso da terra e dos recursos naturais. Muitos destacaram que as instituições governamentais devem se relacionar diretamente com as comunidades – não apenas como destinatárias de assistência ou como consequências tardias de políticas públicas, mas como parceiras centrais na construção de um desenvolvimento sustentável e justo.

Os participantes do diálogo foram categóricos ao demonstrar o potencial existente em apoiar técnica e financeiramente modelos comunitários de enfrentamento aos crimes ambientais. São propostas que priorizam a proteção ambiental, preservam tradições culturais e oferecem alternativas econômicas às indústrias extrativistas. Essas não são reivindicações abstratas, mas estratégias práticas, baseadas na experiência vivida, que podem orientar respostas do Estado mais legítimas e eficazes na Amazônia.



## INTRODUÇÃO

**A** Amazônia enfrenta uma emergência climática fortemente influenciada pela atuação de grupos criminosos. A floresta é uma fonte vital de água para a América do Sul e, por sua imensa capacidade de absorver dióxido de carbono, desempenha um papel estratégico nos esforços globais para conter as mudanças climáticas. No entanto, a extração ilegal de ouro, o tráfico de fauna local e o desmatamento em larga escala estão empurrando a região para um ponto de não retorno, em que a floresta pode deixar de funcionar como uma das principais fontes de contenção de carbono do planeta.

No Brasil – que abriga dois terços da floresta amazônica e 70% de sua população – a violência ligada ao crime disparou nas últimas décadas. Embora o país tenha registrado uma queda de 5,2% nos homicídios entre 2011 e 2022, a região amazônica brasileira teve um aumento impressionante de 76,7% no mesmo período. Em 2023, a taxa anual de homicídios na Amazônia brasileira foi 41,5% superior à média nacional.

Esse aumento da violência está ligado a disputas sangrentas pelos lucrativos mercados ilícitos da floresta. Comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas são desproporcionalmente afetadas – enfrentam assassinatos, invasões frequentes por exploradores ilegais e, muitas vezes, veem seus jovens sendo recrutados ou coagidos a participar dessas economias criminosas. Ao mesmo tempo, ativistas ambientais são ameaçados constantemente e forçados a abandonar suas terras. Essas ações, perpetradas por uma rede complexa que inclui grupos do crime organizado com respaldo político, minam os esforços de conservação e aceleram a destruição da maior floresta tropical do mundo.

Para enfrentar os desafios que ameaçam o Brasil e outros países de grande biodiversidade, a iniciativa ECO-SOLVE – um projeto financiado pela União Europeia com duração de três anos – propõe uma abordagem multifacetada no combate aos crimes ambientais. Isso inclui o engajamento direto com comunidades locais por meio de diálogos que buscam compreender suas dificuldades e integrar suas perspectivas à formulação de respostas mais eficazes por parte das autoridades.

Essa estratégia parte do reconhecimento de que forças de segurança e formuladores de políticas públicas frequentemente carecem de dados suficientes e enfrentam dificuldades em colaborar com os moradores locais para desenvolver estratégias de combate aos crimes ambientais. Esse problema é comum em diversas partes do mundo, mas tem especial ressonância no Brasil, onde os índices de

criminalidade ambiental vêm crescendo. Nos últimos dois anos, a atenção política sobre a presença do crime organizado na Amazônia aumentou, à medida que desastres ecológicos recorrentes e exemplos constantes do domínio do crime sobre a floresta impulsionaram agências do governo agir. Adotar políticas públicas orientadas pelas vivências das comunidades amazônicas diante do crime, da violência e da devastação ambiental é um passo crucial para buscar soluções abrangentes a esses desafios complexos. Este relatório procura contribuir com esse esforço, oferecendo sugestões baseadas no diálogo direto com as comunidades locais.

## **Colhendo percepções comunitárias sobre crimes ambientais**

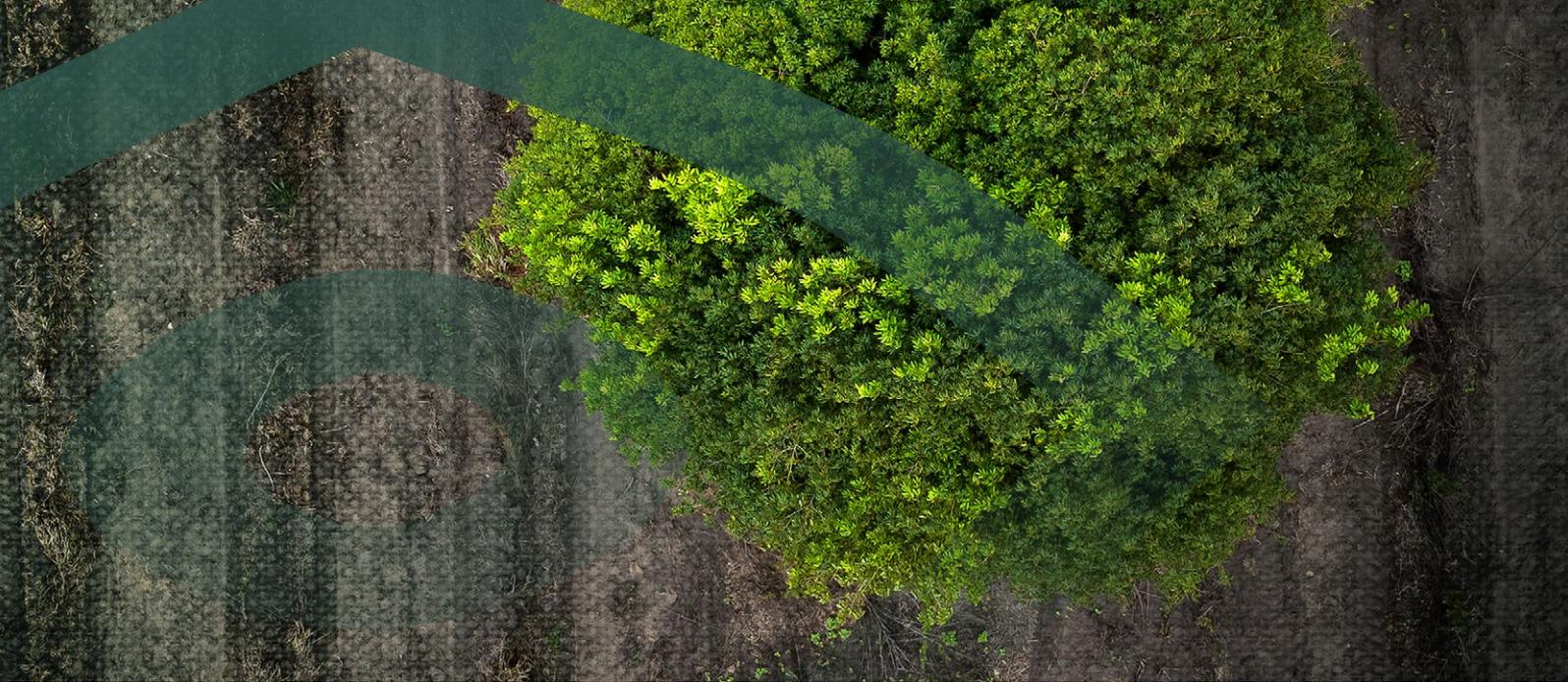
Este relatório de recomendações se baseia nas atividades decorrentes dos diálogos comunitários promovidos pela iniciativa ECO-SOLVE, realizados em Belém, em maio de 2024. Os diálogos foram estruturados a partir de consultas preliminares com organizações de base e representantes das forças de segurança, com o objetivo de identificar os principais obstáculos ao enfrentamento dos crimes ambientais. Essas percepções orientaram o desenho dos encontros de dois dias, que tiveram como foco aprofundar o entendimento da relação entre as comunidades e o meio ambiente, explorar suas interações com as autoridades e identificar respostas práticas e baseadas na realidade local para combater os crimes ambientais. O evento reuniu 19 participantes de diferentes origens, incluindo defensores ambientais de destaque, lideranças indígenas dos povos Kayapó e Tembé, integrantes de comunidades quilombolas e ribeirinhas. Também participaram ativistas vindos do estado do Acre, na região amazônica.

Com base em uma metodologia participativa e interseccional, os diálogos priorizaram a inclusão e a sensibilidade cultural. As sessões estimularam o diálogo aberto e a escuta ativa, permitindo que os participantes compartilhassem suas vivências. Ao valorizar formas de comunicação oral, como discussões em pequenos grupos e rodas de conversa, a abordagem garantiu acessibilidade, respeitou a diversidade de origens dos participantes e se alinhou a práticas culturais baseadas na oralidade.

Os diálogos começaram com a exploração de como os participantes definem e atribuem valor aos seus recursos naturais, garantindo que o debate fosse conduzido a partir de suas próprias perspectivas – e não por visões impostas de fora para dentro. Esse método permitiu compreender de forma mais profunda a importância desses recursos para sua subsistência e como são afetados por crimes ambientais.

Os diálogos também buscaram mapear os principais atores – tanto aliados quanto adversários – envolvidos na gestão e exploração desses recursos. Os participantes foram divididos em pequenos grupos e convidados a refletir sobre perguntas específicas sob as perspectivas das comunidades, das forças de segurança, de órgãos governamentais e de agentes criminosos. Essa dinâmica estimulou uma análise a partir de múltiplos pontos de vista, contribuindo para um entendimento mais profundo das complexas dinâmicas envolvidas – especialmente os desafios e oportunidades de colaboração entre as comunidades amazônicas e os agentes estatais.

Por fim, cada organização teve a oportunidade de apresentar iniciativas comunitárias voltadas à proteção dos recursos naturais e à prevenção de crimes ambientais. Ao criar um espaço seguro para o compartilhamento de experiências, os diálogos ajudaram a identificar possíveis beneficiários e iniciativas locais que podem ser apoiadas pelo Mecanismo de Inovação e Financiamento da ECO-SOLVE. Os encontros fortaleceram os vínculos de solidariedade e o intercâmbio de informações entre os participantes, contribuindo para esforços mais amplos de combate aos crimes ambientais. Também forneceram subsídios valiosos para a elaboração deste relatório de recomendações.



## PARÁ: EPICENTRO DOS CRIMES AMBIENTAIS E DA RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA

**N**o coração da Amazônia brasileira, o estado do Pará representa, ao mesmo tempo, a linha de frente da devastação ambiental e um polo de resistência popular. É uma região onde as comunidades enfrentam diariamente os impactos do desmatamento, da grilagem, da mineração e da exploração madeireira ilegais – ao mesmo tempo em que protagonizam algumas das ações mais corajosas do país na defesa de seus territórios. A iniciativa ECO-SOLVE concentrou seus esforços de engajamento comunitário no Pará justamente por ele sintetizar a crise e a oportunidade que definem a realidade amazônica atual.

Somente em 2023, o Pará perdeu cerca de 6.640 quilômetros quadrados de floresta nativa, sendo o maior responsável pela taxa nacional de desmatamento no Brasil. Esse padrão não é novo: em 2020, quase 40% de todo o desmatamento ilegal registrado no país ocorreu no Pará, resultando na perda de mais de 3.800 quilômetros quadrados de floresta – uma área maior que o estado norte-americano de Rhode Island. A abundância de recursos naturais no estado, especialmente madeira e ouro, atrai a atuação de grupos do crime organizado, inclusive redes ligadas ao narcotráfico. A mineração ilegal de ouro, conhecida como garimpo, é especialmente disseminada, fazendo do Pará o maior produtor de ouro ilícito do país.

Nesse cenário desafiador, defensores ambientais e organizações da sociedade civil locais têm desempenhado um papel fundamental na resistência às economias criminosas e às indústrias extrativas. Esses esforços, no entanto, têm um custo alto: desde a década de 1980, o Pará figura de forma constante entre os estados mais perigosos do Brasil para quem defende o meio ambiente. A região foi palco de diversos massacres de defensores da terra e da floresta – e muitos outros ainda vivem sob ameaça constante.



A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, que envolveu a remoção e o reassentamento de populações locais, recebeu fortes críticas de povos indígenas e ativistas ambientais.  
© Nacho Doce/Reuters

É justamente por refletir, de forma tão explícita, os desafios e as possibilidades da Amazônia que a realização da COP30 – marcada para ocorrer em Belém, capital do estado – ganha um peso simbólico ainda maior.

## Comunidades na linha de frente do risco e da resposta

Com os olhos do mundo voltados para Belém, organismos multilaterais, governos e ativistas climáticos se reunirão em uma região onde as comunidades já defendem a floresta há muito tempo – e em condições extremas. Em resposta à chegada da COP30, lideranças locais estão organizando a chamada “COP do Povo”, um fórum paralelo voltado a amplificar as vozes da sociedade civil e garantir que as perspectivas das bases populares tenham espaço nas negociações climáticas.

As regiões de onde vieram os participantes dos diálogos comunitários da ECO-SOLVE ilustram bem a complexidade dos crimes ambientais na Amazônia. Suas comunidades vêm sendo profundamente afetadas por economias ilícitas como o garimpo clandestino, a extração ilegal de madeira, o tráfico de animais silvestres e a grilagem de terras. Esses processos são agravados por casos recorrentes de corrupção governamental e pela infiltração de interesses ilícitos em instituições públicas, fatores que aumentam a insegurança e dificultam ainda mais a vida cotidiana.

Diante desses desafios, os participantes têm mobilizado suas comunidades de maneira notável: criaram redes de solidariedade que oferecem proteção física e assistência jurídica a vítimas de crimes ambientais; pressionam contra a inação do poder público; e monitoram o impacto dos mercados ilícitos sobre os ecossistemas locais. Lançaram patrulhas comunitárias para impedir a entrada de criminosos em seus territórios, protestaram contra o uso de agrotóxicos e produtos químicos perigosos na agricultura local, e promoveram a bioeconomia e atividades



A mineração ilegal no território indígena Kayapó devastou a região de floresta tropical. © Pablo Porciumcula/AFP via Getty Images

artesanais como alternativas sustentáveis à criminalidade. Os exemplos a seguir, provenientes de diferentes regiões do Pará, ilustram como essas estratégias estão sendo aplicadas na prática e os tipos de ameaças que as comunidades enfrentam diretamente no território.

### **TERRITÓRIO KAYAPÓ: UM CASO DE RESISTÊNCIA DIVIDIDA**

O território indígena Kayapó enfrenta algumas das ameaças mais graves relacionadas a crimes ambientais. Com mais de 32 mil quilômetros quadrados às margens do rio Xingu, essa terra indígena pouco maior que a Bélgica se tornou um dos principais focos de garimpo ilegal de ouro no Brasil. Conforme relataram participantes dos diálogos, criminosos invadem a região para instalar garimpos aluviais nas margens dos rios, causando contaminação severa por mercúrio, degradação dos cursos d'água e profundas divisões entre os próprios Kayapó. Atraídos pela possibilidade de lucro, alguns líderes Kayapó se aliaram a esses atores ilegais e autorizaram o garimpo em seus territórios. Outros, no entanto, se opõem abertamente à atividade, citando os riscos à saúde e os danos ambientais – especialmente os efeitos da contaminação por mercúrio. Líderes Kayapó também relatam que peixes estão morrendo nas lagoas da terra indígena devido ao aumento da temperatura da água, associado ao avanço do garimpo clandestino.

Para enfrentar essas ameaças e os efeitos nocivos da atividade, muitos líderes Kayapó criaram iniciativas comunitárias de vigilância, instalando bases de monitoramento nas entradas fluviais de seus territórios com o objetivo de impedir a invasão de garimpeiros. Essa estratégia de policiamento foi desenvolvida pelos próprios Kayapó como principal solução comunitária para combater os crimes ambientais, já que não podem contar com a presença permanente das forças de segurança do Estado.

## **DENDÊ E VIOLÊNCIA DO TRÁFICO NO VALE DO ACARÁ**

No Vale do Acará, a cerca de 60 quilômetros de Belém, lideranças indígenas e quilombolas estão na linha de frente de disputas territoriais associadas à produção de biocombustíveis, corrupção política e deslocamento de comunidades. A região se tornou o epicentro do cultivo de dendê na Amazônia brasileira, graças às condições climáticas ideais para o plantio da palmeira. A partir dos anos 1980, e com mais intensidade desde 2010, empresas privadas se apropriaram de terras em Acará para formar grandes monoculturas de dendê, apresentadas como alternativas energéticas sustentáveis na transição climática, mas na verdade apenas fachadas.

Embora seja relativamente recente na Amazônia, o óleo de dendê tem sido um dos principais vetores do desmatamento em regiões tropicais, especialmente no Sudeste Asiático. As plantações exigem grandes extensões de terra – que podem chegar a 50 mil hectares –, frequentemente adquiridas por meios irregulares ou ilegais. No Vale do Acará, isso gerou disputas generalizadas envolvendo empresas, milícias privadas, traficantes, agentes públicos corrompidos e comunidades indígenas e quilombolas.

Moradores locais relatam décadas de assédio por parte das empresas de óleo de dendê, que utilizaram tanto brechas legais quanto táticas violentas para expulsar famílias de terras tradicionalmente ocupadas. Empresas do setor se apropriaram de milhares de hectares habitados ancestralmente por povos indígenas e quilombolas. Essas áreas em disputa são permanentemente ocupadas por seguranças privados – muitos deles policiais militares de folga. Moradores da região relatam que esses seguranças invadem com frequência os territórios indígenas e quilombolas para intimidar lideranças engajadas nas disputas fundiárias. Em junho de 2024, um episódio de grande repercussão ocorreu quando dez policiais militares, supostamente a mando de uma empresa de óleo de dendê, invadiram uma comunidade quilombola, saquearam casas e sequestraram três homens.

Nos últimos anos, o vale do Acará também passou a ser um importante corredor do tráfico de drogas, em razão da proximidade com rotas fluviais internacionais que conectam o rio Amazonas a portos e mercados europeus. Isso trouxe novas camadas de violência e insegurança para comunidades já fragilizadas. Traficantes e milicianos passaram a operar na região, fazendo ameaças de morte contra lideranças indígenas e reprimindo violentamente qualquer forma de oposição. Ativistas locais relatam esforços crescentes para proteger a juventude da região do aliciamento por redes criminosas.

A situação no vale do Acará é um exemplo de como crimes ambientais históricos – como grilagem de terras e desmatamento – estão se entrelaçando cada vez mais com economias criminosas transnacionais. Essas ameaças interconectadas aceleram a destruição dos ecossistemas, aprofundam a fragmentação social e tornam a resistência das comunidades ainda mais perigosa.

## **AGRO-MILÍCIAS E GRILAGEM NA BACIA DO RIO XINGU**

As cidades de Altamira e São Félix do Xingu, na bacia do rio Xingu, no Pará, são focos de degradação ambiental e deslocamento social ligados à expansão do agronegócio. Participantes dos diálogos descreveram como proprietários de terras com conexões políticas se apropriaram de terras públicas com o apoio de *agro-milícias*: forças paramilitares irregulares compostas por policiais de folga e milicianos locais. Esses grupos intimidam moradores da região e confrontam agentes de fiscalização ambiental para manter as posses ilegais de seus financiadores. Uma



Projetos de desenvolvimento voltados para uma economia em rápida expansão, como a construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte, ameaçam a Amazônia brasileira. © Mario Tama/Getty Images

vez ocupadas, as áreas são desmatadas por meio de queimadas ou extração ilegal de madeira e, depois, convertidas em pastagens para gado ou plantações de soja.

São Félix do Xingu é o município com o maior rebanho bovino do Brasil – mais de 2,5 milhões de cabeças –, a maior parte delas criada em terras públicas griladas. A proporção entre bois e habitantes na cidade é de 38 para 1. A possibilidade de tomar posse de grandes extensões de terra, especialmente no sudoeste do Pará, onde se localizam Altamira e São Félix do Xingu, atraiu migrantes de várias partes do país. Esse aumento populacional também provocou outros problemas, como o crescimento do consumo e do tráfico de drogas, do tráfico sexual e da prostituição. Os participantes destacaram que o controle territorial exercido pelas redes de *agro-milícias* enfraquece a autoridade do Estado e aumenta a vulnerabilidade das comunidades tradicionais que vivem nessas áreas e em seus arredores.

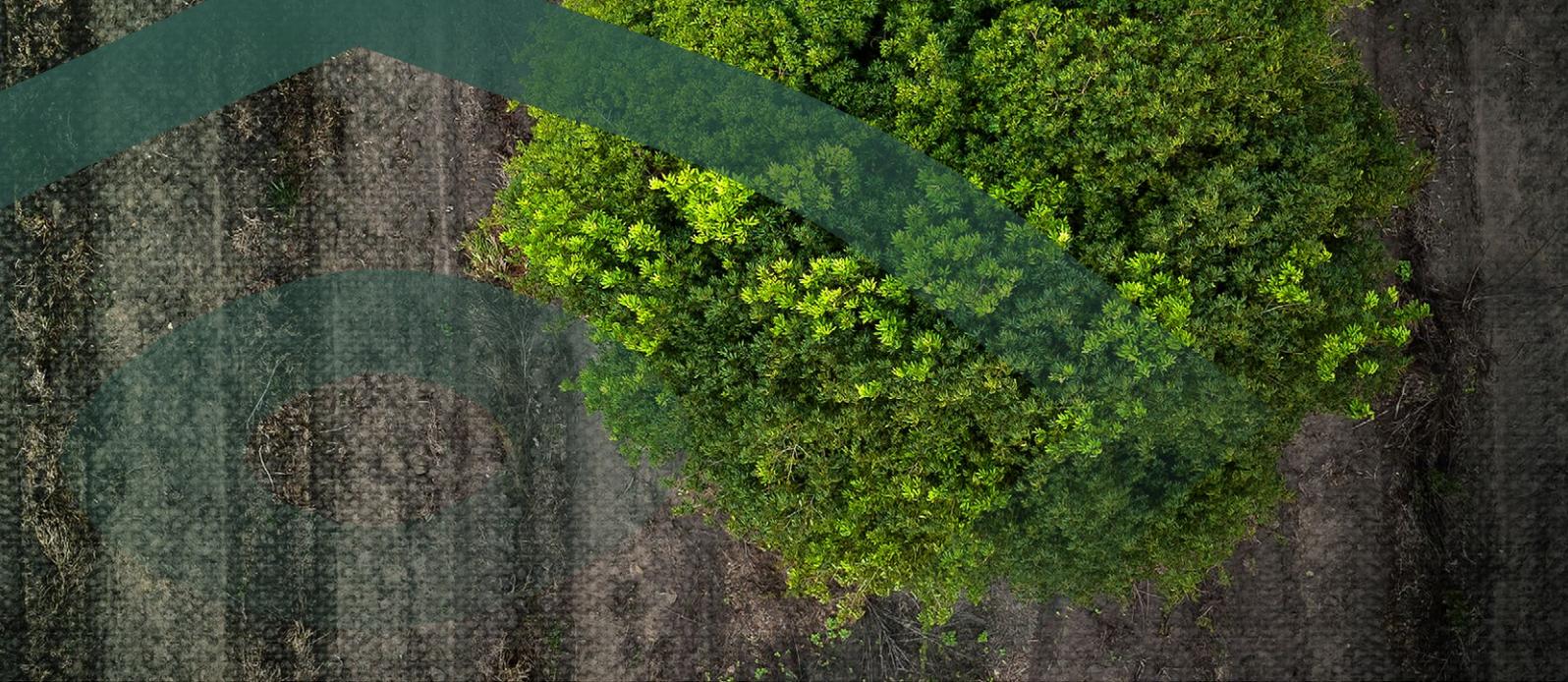
Além de ser um dos principais polos de grilagem e desmatamento, Altamira abriga a polêmica Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a segunda maior do Brasil e a quinta maior do mundo. A construção da usina começou em 2011 e envolveu a retirada forçada e o reassentamento de populações locais do vale do Xingu para as periferias urbanas de Altamira. Comunidades indígenas e ribeirinhas que viviam às margens do rio Xingu foram removidas à força para bairros onde os serviços de água e esgoto são precários. A área ao redor de Altamira, onde foi construída a usina, era uma das últimas porções de floresta amazônica no Pará que ainda resistiam ao desmatamento. A obra devastou a fauna, a flora e os sistemas hídricos locais.

Ao longo dos diálogos, os participantes citaram com frequência projetos de infraestrutura como Belo Monte como exemplos de grandes empreendimentos implementados na Amazônia sem qualquer consideração pelas populações locais. As percepções relatadas pelos participantes também se refletem em dados recentes de monitoramento por satélite, que indicam que grandes empresas privadas dos setores de carne e soja estão entre os principais vetores de desmatamento na Amazônia brasileira – grande parte dele ocorrendo em áreas de proteção ambiental.

## **CRIME ORGANIZADO NAS ÁREAS URBANAS**

Por fim, participantes da região metropolitana de Belém relataram que o tráfico de drogas está profundamente enraizado nos bairros locais. O Comando Vermelho (CV), considerado um dos dois maiores grupos criminosos do país, exerce autoridade sobre esses territórios. Os portos da região têm enorme importância estratégica para o CV, já que grande parte de seus lucros vem do envio de cocaína de Belém para a Europa. O grupo controla boa parte da rota do tráfico de drogas na Amazônia, incluindo a região da tríplice fronteira, do Acre e de áreas ao norte e sudoeste do Pará. Os participantes dos diálogos relataram que a presença do CV nos bairros urbanos se manifesta pelo controle da circulação de pessoas, pela criação e aplicação de regras de conduta comunitária e pela imposição de toques de recolher. Líderes comunitários também mencionaram que os traficantes vêm se envolvendo cada vez mais em crimes ambientais, como o tráfico de madeira e de animais silvestres.

Em resumo, as dinâmicas territoriais abordadas nos diálogos revelam que não são apenas os atores criminosos “convencionais” que moldam os crimes ambientais na Amazônia. Agentes do Estado, representantes do setor privado e atividades com verniz de legalidade e formalidade também contribuem para perpetuar esses crimes, que causam danos duradouros às comunidades locais e aos ecossistemas amazônicos críticos. Os participantes dos diálogos resistem ativamente a esse ecossistema ilícito complexo. Suas estratégias de resistência são fundamentais para os esforços de conservação da Amazônia. Para garantir a longevidade e a eficácia dessas ações, é essencial um maior envolvimento de atores governamentais, do setor privado e de organismos multilaterais. Com isso em mente, a próxima seção deste documento apresenta recomendações de políticas com base nas conclusões dos diálogos ECO-SOLVE.



# RECOMENDAÇÕES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**A**s percepções compartilhadas ao longo dos diálogos – sobre a interseção entre diferentes crimes ambientais, as tensões entre os moradores da Amazônia e os agentes de segurança pública, e a necessidade de melhorar a comunicação entre empresas privadas e comunidades locais – são cruciais para o desenvolvimento de políticas eficazes e adaptativas voltadas ao enfrentamento dos ecossistemas ilícitos da região. As recomendações abaixo foram elaboradas para diferentes públicos-alvo: órgãos governamentais, doadores internacionais e setor privado.

## PARA AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

### ■ **Reforçar as operações federais nos territórios amazônicos**

Os participantes dos diálogos destacaram que o histórico de violência policial e a postura hostil adotada por instituições locais contra lideranças sociais na Amazônia geraram profunda desconfiança entre as comunidades e as autoridades estaduais e municipais. Essa falta de confiança e de mecanismos de responsabilização permitiu a expansão descontrolada dos crimes ambientais na região. Ao longo dos diálogos, ficou claro que melhorar a relação entre os governos locais e as comunidades amazônicas será um processo longo e difícil. No entanto, os participantes acreditam que ações imediatas e concretas podem ser alcançadas por meio de uma atuação mais incisiva do governo federal, com o objetivo de conter o avanço dos crimes ambientais e mitigar seus efeitos nocivos nas comunidades locais.

O atual governo, liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva já demonstrou os potenciais benefícios da atuação federal na Amazônia. Um exemplo é a resposta da administração à crise humanitária causada pelo garimpo ilegal no território indígena Yanomami. Pouco após Lula tomar posse, em janeiro de 2023, seu governo enviou uma

força-tarefa ao local com a participação de forças federais de segurança, Forças Armadas, agentes de saúde e profissionais da assistência social. Esse esforço coordenado expulsou milhares de garimpeiros ilegais do território Yanomami e ampliou os serviços de saúde para a comunidade, que enfrentava índices alarmantes de mortalidade infantil e desnutrição. Uma operação federal interinstitucional semelhante, lançada em novembro de 2024 no território indígena Munduruku, no Pará, também teve resultados imediatos e relevantes: 90 acampamentos ilegais de garimpo foram desmontados e R\$24 milhões (US\$4 milhões) em multas foram aplicados a criminosos ambientais.

O sucesso dessas forças-tarefa ressalta a eficácia da coordenação entre órgãos federais como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério dos Povos Indígenas, na proteção de comunidades e ecossistemas. Durante os diálogos, os participantes demonstraram forte afinidade com essas agências civis do governo e disposição para colaborar com elas. Novas intervenções interinstitucionais desse tipo, em pontos críticos de crimes ambientais na Amazônia, podem ter papel importante nos esforços de conservação ambiental e oferecer mais segurança às comunidades locais.

- **Promover treinamento especializado para agentes de segurança pública.**

A relação tensa entre comunidades locais e órgãos estatais também é resultado da ampla impunidade de que desfrutam os criminosos ambientais. Líderes comunitários destacaram que, embora haja deficiência estrutural nas instituições e corrupção disseminada, a falta de conhecimento técnico sobre crimes ambientais também limita a atuação do Estado. Eles observaram que há um grande descompasso entre as experiências vividas pelas comunidades e a capacidade das autoridades governamentais de compreender essas dinâmicas. A maioria dos promotores estaduais e federais que atuam na Amazônia não é especializada em crimes ambientais, pois também lidam com temas como direitos civis, crimes comuns e controle da atuação policial. Enquanto isso, os policiais federais que atuam na região amazônica têm seu foco voltado, principalmente, para o combate ao tráfico de drogas.

Para enfrentar esses desafios, os participantes dos diálogos insistiram na necessidade de que as autoridades estaduais aprofundem sua compreensão sobre as dinâmicas específicas da violência e do crime na Amazônia. Programas de capacitação devem reunir promotores e policiais, promovendo a colaboração interinstitucional e o compartilhamento de informações de inteligência. O aumento da especialização em crimes ambientais também ajudaria a enfrentar a corrupção policial generalizada no nível local. Ao se familiarizar com as redes e os fluxos financeiros ilícitos que sustentam a grilagem, o tráfico de madeira e outros crimes ambientais, promotores e investigadores policiais estarão mais bem preparados para identificar as formas pelas quais agentes públicos coniventes facilitam essas economias ilegais.

- **Aumentar a severidade das penalidades ambientais.**

A ampla impunidade de que desfrutam os criminosos ambientais também é reforçada pela natureza branda das normas ambientais no código penal brasileiro. A atual Lei de Crimes Ambientais, promulgada em 1998, prevê apenas multas modestas e penas de prisão que

variam de um a três anos – normalmente convertidas em prisão domiciliar – para delitos que causam danos devastadores à Amazônia. Esses crimes incluem iniciar queimadas, desmatar áreas protegidas, matar ou traficar animais silvestres e poluir ecossistemas. Em resposta aos incêndios de grandes proporções na Amazônia em 2024, provocados por esses criminosos, o governo Lula propôs alterações na lei que buscam aumentar as multas por queimadas para até R\$10 milhões (US\$1,6 milhão) e responsabilizar os proprietários rurais por danos quando houver incêndios em suas terras.

No entanto, a proposta de reforma ainda está em negociação no Congresso Nacional. Enquanto as discussões prosseguem, a maioria dos criminosos responsáveis pelos recentes incêndios devastadores na Amazônia permanece impune. De fato, desde 2019, apenas 25% das investigações federais sobre queimadas no Brasil identificaram os culpados. Além disso, um estudo recente apontou que, entre 2017 e 2020, apenas 5% das ações civis ajuizadas por procuradores federais por crimes ambientais resultaram no pagamento de multas pelos réus. Para romper o ciclo de impunidade dos crimes ambientais na Amazônia, é fundamental impor penalidades mais severas que reflitam a gravidade dos danos causados por essas atividades ilegais.

## **PARA ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E O SETOR PRIVADO**

### **■ Reconhecer atores não tradicionais e dinâmicas do setor privado que podem facilitar crimes ambientais**

Como já mencionado, a relevância de atores não tradicionais na promoção de crimes ambientais na Amazônia foi um dos principais pontos destacados nos diálogos. Investimentos do setor privado são vistos por defensores ambientais na região como importantes facilitadores desses crimes. Projetos agrícolas e de infraestrutura têm negligenciado em grande parte o diálogo com as comunidades antes de iniciarem suas operações. Ao contornar os processos de consulta – ou ao cumpri-los de forma meramente formal, sem atender às preocupações locais –, as empresas perpetuam um ciclo de exploração no qual lucram com os recursos da floresta em detrimento de seus habitantes. Projetos lançados sem consulta comunitária também geram uma série de efeitos colaterais na região, como a destruição de ecossistemas locais e o crescimento rápido da população, o que pode intensificar a exploração sexual e o consumo de drogas. Esses impactos desestabilizam profundamente a vida comunitária e ampliam os ecossistemas ilícitos locais. Além disso, são o motivo pelo qual as comunidades locais frequentemente percebem empresas que investem na Amazônia como se agissem como atores criminosos. Os participantes dos diálogos consideram que muitas companhias que atuam na região se comportam como atores ilícitos, ignorando costumes e normas locais para obter benefícios próprios, em uma conduta semelhante à de grupos criminosos.

Para melhorar a forma como os atores do setor privado, nacionais e internacionais, atuam na Amazônia, os participantes dos diálogos defenderam avanços significativos nas regras de consulta às comunidades. Órgãos federais e estaduais precisam trabalhar em conjunto para desenvolver e aplicar procedimentos mais rigorosos, exigindo que empresas privadas realizem várias rodadas de consultas sólidas com as comunidades locais. As comunidades precisam compreender a natureza dos projetos propostos e ter acesso a avaliações de risco e estudos preliminares adequados sobre os impactos potenciais nos assentamentos e ecossistemas da região.

Paralelamente, os atores do setor privado que pretendem atuar na Amazônia devem entender que realizar diversas rodadas de consultas robustas com as comunidades contribuirá para o sucesso de seus investimentos a longo prazo, permitindo a construção de vínculos construtivos e mutuamente benéficos com os moradores locais. Afinal, o conhecimento das comunidades é essencial para evitar que se repitam dinâmicas em que investimentos privados e grandes obras de infraestrutura alimentam a degradação ambiental, o crime e a violência na Amazônia.

## **PARA DOADORES INTERNACIONAIS**

### **■ Investir em desenvolvimento alternativo.**

As críticas recorrentes dos participantes aos efeitos ambientais de projetos de infraestrutura e atividades extrativistas revelam a necessidade urgente de ampliar as iniciativas de desenvolvimento alternativo na Amazônia. Doadores internacionais podem ter papel fundamental nesse processo. Apoiar ações de desenvolvimento alternativo na região pode ajudar a romper com as dinâmicas de exploração baseadas na extração de recursos naturais e na grilagem de terras, ao mesmo tempo em que contribui para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU em uma área crítica para os esforços globais de conservação.

Essa mudança em direção à bioeconomia – entendida como o incentivo ao desenvolvimento socioeconômico por meio de iniciativas que preservam a biodiversidade – não apenas favorece a recuperação dos ecossistemas locais, como também cria fontes de renda estáveis, capazes de impedir que populações recorram a atividades ilícitas que degradam o meio ambiente. Comunidades amazônicas já desenvolvem formas inovadoras de sustento, como a venda de cosméticos artesanais e de origem local, além da produção agrícola e pecuária sustentáveis, todas aptas a receber apoio adicional de investidores. Organismos multilaterais e doadores privados podem fortalecer esse espaço de desenvolvimento alternativo na Amazônia ao financiar programas de capacitação voltados à bioeconomia e fomentar a criação de novos setores sustentáveis na região. Apoiar a expansão de iniciativas bioeconômicas já existentes pode contribuir para o avanço de metas de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, oferecer novos modelos socioeconômicos capazes de compensar os danos ambientais provocados pelo crime organizado.

### **■ Ampliar a representação das comunidades em fóruns multilaterais.**

Um tema recorrente nos diálogos foi a necessidade urgente de garantir a presença de lideranças comunitárias amazônicas em plataformas globais, como a COP – em especial a próxima conferência, que será realizada em Belém. Os participantes dos diálogos expressaram frustração por estarem excluídos de discussões cruciais sobre políticas ambientais que impactam diretamente seus territórios. Destacaram a importância de compartilhar suas vivências para a formulação de políticas que respeitem seus direitos e priorizem a proteção ambiental. Demonstraram preocupação com o fato de que as delegações oficiais muitas vezes ignoram seus interesses e que barreiras burocráticas dificultam a participação de representantes das bases. Por meio de sua inclusão nesses fóruns internacionais, os participantes esperam defender proteções mais robustas e obter maior reconhecimento de seu papel como guardiões da Amazônia.

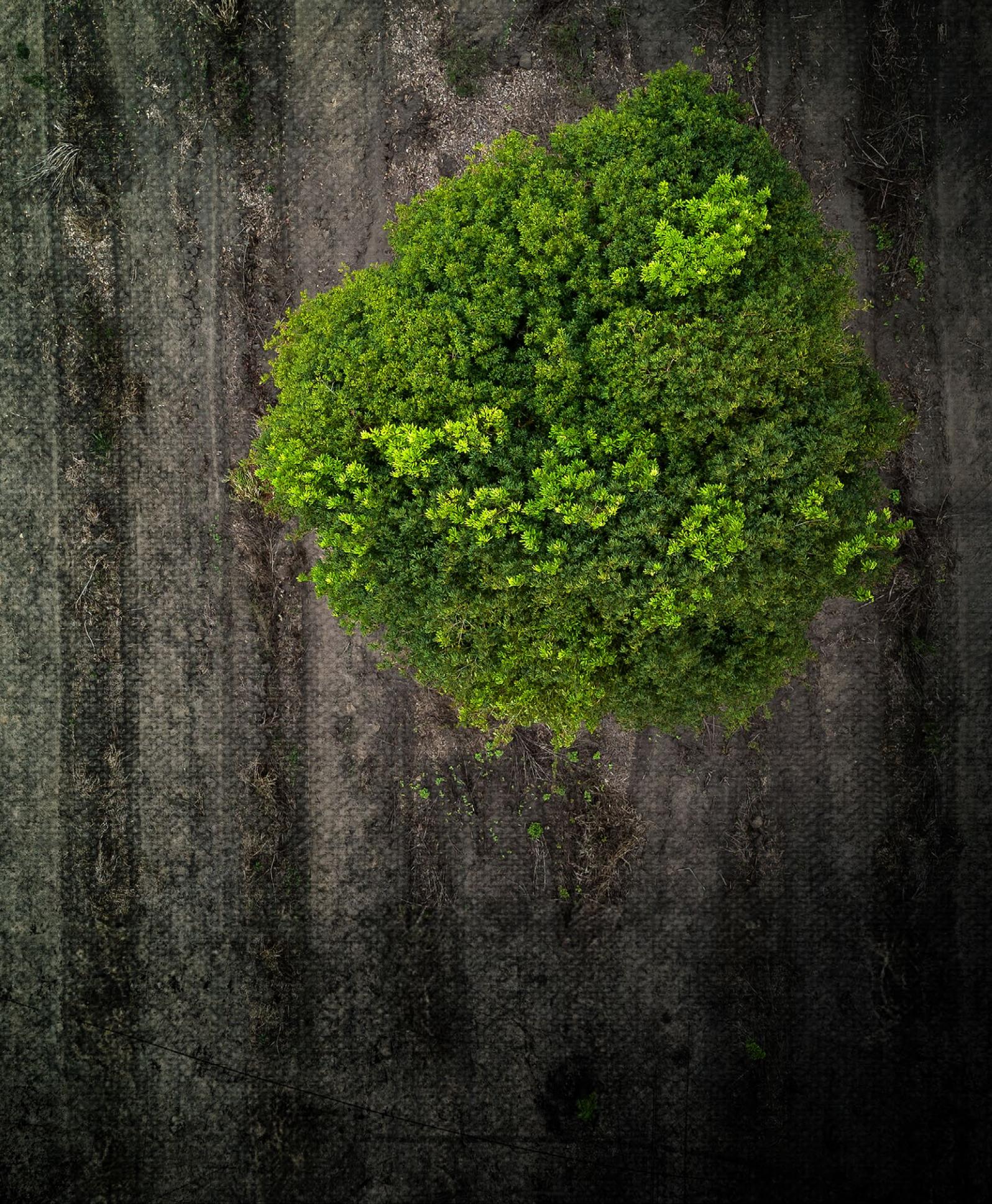
Eles também destacaram que participar de eventos internacionais de grande visibilidade, como a COP, é fundamental para atrair a atenção da sociedade brasileira às suas causas – ligadas à conservação, ao desenvolvimento e ao combate ao crime. Com essa visibilidade internacional, os ativistas ampliam seu capital político e fortalecem sua capacidade de interlocução com autoridades governamentais.

Chegou a hora de as instituições multilaterais e os governos escutarem ativamente as demandas dos defensores da linha de frente do bioma mais importante do planeta. As lideranças amazônicas que participaram dos diálogos comunitários ECO-SOLVE dedicam suas vidas à preservação de seus territórios e ao fortalecimento da resiliência de suas comunidades diante de uma série de desafios impostos pelos crimes ambientais. Suas contribuições são essenciais para conter os atores ilícitos e proteger a Amazônia.

# NOTAS

- 1 Simone Haysom e Mark Shaw, *An analytic review of past responses to environmental crime and programming recommendations*, GI-TOC, setembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/responses-environmental-crime>.
- 2 Terrence McCoy, Júlia Ledur e Marina Dias, *How 'carbon cowboys' are cashing in on protected Amazon forest*, The Washington Post, 24 de julho 2024, <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2024/brazil-amazon-carbon-credit-offsets>.
- 3 FUNAI, *Posicionamento da Funai sobre créditos de carbono em terras indígenas*, 1 de abril 2024, <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/posicionamento-da-funai-sobre-creditos-de-carbono-em-terras-indigenas>.
- 4 Andreia Verdelio, *Lula sanciona lei que regula mercado de carbono no Brasil*, Agência Brasil, 12 dezembro 2024, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-12/lula-sanciona-lei-que-regula-mercado-de-carbono-no-brasil>.
- 5 Mariana Mazzucato e João Pedro Braga, *A just transition for the Amazon: A mission-oriented framework*, UCL Institute for Innovation e Public Purpose (IIPP) Working Paper Series: IIPP WP 2024-15, 24 outubro 2024, <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/publications/2024/oct/just-transition-amazon-mission-oriented-framework>.
- 6 Natalia Chagas, Carlos Nobre, um cientista 'apavorado, mas otimista' na COP da biodiversidade, Sumauma, 31 outubro 2024, <https://sumauma.com/carlos-nobre-um-cientista-apavorado-mas-otimista-na-cop-da-biodiversidade>.
- 7 Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Cartografias da violência na Amazônia*, 2023, <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/ca0bcac7-31b6-4123-adb1-2a6fc-5c0b95d>.
- 8 Ibid.
- 9 Gabriel Funari, *Illicit frontiers: Criminal governance in the Amazon's tri-border region*, GI-TOC, novembro 2024, <https://globalinitiative.net/analysis/illicit-frontiers-criminal-governance-in-the-amazons-tri-border-region>.
- 10 Simone Haysom e Mark Shaw, *An analytic review of past responses to environmental crime and programming recommendations*, GI-TOC, setembro 2022, <https://globalinitiative.net/analysis/responses-environmental-crime>.
- 11 IBAMA, *Operação federal enfrenta impactos ambientais e socioeconômicos do garimpo na Terra Indígena Munduruku*, 25 novembro 2024, <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/operacao-federal-enfrenta-impactos-ambientais-e-socioeconomicos-do-garimpo-na-terra-indigena-munduruku>.
- 12 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 13 Global Forest Watch, *Dashboard Pará, Brazil* <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/BRA/14>.
- 14 Jack Spring, *Exclusive: Brazil exported thousands of shipments of unauthorised wood from Amazon port*, Reuters, 4 março 2020, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-lumber-exclusive/exclusive-brazil-exported-thousands-of-shipments-of-unauthorised-wood-from-amazon-port-idUSKBN20R15X>.
- 15 Fernanda Wenzel, *Brazil's illegal gold trade takes a hammering, but persists underground*, Mongabay, 16 de abril 2024, <https://news.mongabay.com/2024/04/brazils-illegal-goldtrade-takes-a-hammering-but-persists-underground>.
- 16 Diego Junqueira, *Investigações da chacina de Pau D'Arco, no Pará, foram encerradas sem apontar mandantes*, Repórter Brasil, 24 de maio 2022, <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/investigacoes-da-chacina-de-pau-darco-no-para-foram-encerradas-sem-apontar-mandantes>.
- 17 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 18 Ibid.
- 19 Ibid.
- 20 Ibid.
- 21 Gabriel Funari e Gabriel Granjo, *Playing with fire: Criminal networks are driving the Amazon's climate emergency*, GI-TOC, 16 de outubro 2024, <https://globalinitiative.net/analysis/criminal-networks-driving-the-amazons-climate-emergency>.
- 22 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 23 Ibid.
- 24 Ibid.
- 25 Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto, *Margens em disputa: Ilegalismos, territórios armados e identidades reivindicadas em conflitos típicos na Amazônia Paraense*, Fonte Segura, 28 de agosto 2024, <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/margens-em-disputa-ilegalismos-territorios-armados-e-identidades-reivindicadas-em-conflitos-tipicos-na-amazonia-paraense>.
- 26 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 27 Timothy J Killeen, *Oil palm in the Pan Amazon*, Mongabay, 9 de novembro 2023, <https://news.mongabay.com/2023/11/oil-palm-in-the-pan-amazon>.
- 28 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 29 Ibid.
- 30 Tayma Carneiro, *'Guerra do dendê' no Pará tem acusação de grilagem, cartório-fantasma e conflitos entre empresas, indígenas e quilombolas*, G1.com, 3 julho 2022, <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/03/guerra-do-dende-no-para-acusacao-de-grilagem-cartorio-fantasma-e-conflitos-entre-empresas-indigenas-e-quilombolas-entenda.ghtml>.
- 31 *Exclusivo - Justiça manda PM soltar quilombola sequestrado no Acará, Ver o Fato*, 27 de junho 2024, <https://ver-o-fato.com.br/exclusivo-justica-manda-pm-soltar-quilombola-sequestrado-no-acara>; Tayma Carneiro, *'Guerra do dendê' no Pará tem acusação de grilagem, cartório-fantasma e conflitos entre empresas, indígenas e quilombolas*, G1, 3 de julho 2022, <https://g1.globo.com/pa/20para/noticia/2022/07/03/guerra-do-dende-no-para-acusa>.

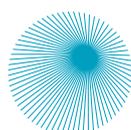
- cao-de-grilagem-cartorio-fantasma-e-conflitos-entre-empresas-indigenas-e-quilombolas-entenda.ghtml.
- 32 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 33 Fernanda Wenzel, *Loggers and carbon projects forge odd partnerships in the Brazilian Amazon*, Mongabay, 9 de dezembro 2024, <https://news.mongabay.com/2024/12/loggers-and-carbon-projects-forge-odd-partnerships-in-the-brazilian-amazon>.
- 34 Rafael Moro Martins, Novo Progresso mostra como forças poderosas se uniram para transformar a Amazônia em pasto, Sumauma, 16 de julho 2024, <https://sumauma.com/novo-progresso-mostra-como-forcas-poderosas-se-uniram-para-transformar-a-amazonia-em-pasto>.
- 35 Pedro Tavares, Luigi Mazza e Renata Buono, Cidade com maior rebanho bovino do Brasil, São Félix do Xingu tem 38 bois por habitante, Revista Piauí, 30 de novembro 2023, <https://piaui.folha.uol.com.br/cidade-com-maior-rebanho-bovino-do-brasil-sao-felix-do-xingu-tem-38-boispor-habitante>.
- 36 Ibid.
- 37 Rafael Moro Martins, Novo Progresso mostra como forças poderosas se uniram para transformar a Amazônia em pasto, Sumauma, 16 de julho 2024, <https://sumauma.com/novo-progresso-mostra-como-forcas-poderosas-se-uniram-para-transformar-a-amazonia-em-pasto>.
- 38 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 39 Mighty Earth, 'Terrible trio': Bunge, Cargill & JBS ranked worst for deforestation, 5 de dezembro 2024, <https://mightyearth.org/article/terrible-trio-bunge-cargill-jbsranked-worst-for-deforestation>.
- 40 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 41 Gabriel Funari, *Illicit frontiers: Criminal governance in the Amazon's tri-border region*, GI-TOC, 21 de novembro 2024, <https://globalinitiative.net/analysis/illicit-frontiers-criminal-governance-in-the-amazons-tri-border-region>.
- 42 Ibid.
- 43 Ibid.
- 44 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 45 Ibid.
- 46 Samantha Ruffino, PF abre mais de 300 inquéritos e indícia 720 pessoas por garimpo ilegal na Terra Yanomami em quase 2 anos de operação, G1, 5 de fevereiro 2025, <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/02/05/pf-abre-mais-de-300-inqueritos-e-indicia-720-pessoas-por-garimpo-ilegal-na-terra-yanomami-em-quase-2-anos-de-operacao.ghtml>.
- 47 Aimee Gabay, Repressão à mineração ilegal na Terra Indígena Munduruku mostra sucesso, mas temores persistem, Mongabay, 1 de abril 2025 <https://brasil.mongabay.com/2025/04/repressao-a-mineracao-ilegal-na-terra-indigena-munduruku-apresenta-sucesso-mas-temores-persistem>.
- 48 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 49 Ibid.
- 50 Ibid.
- 51 Luisa Carvalho, Lula envia ao Congresso projeto que endurece pena para crimes ambientais, Jota, 15 outubro 2024, <https://www.jota.info/executivo/lula-envia-ao-congresso-projeto-que-endurece-pena-para-crimes-ambientais>.
- 52 Gabriel Funari e Gabriel Granjo, *Playing with fire: Criminal networks are driving the Amazon's climate emergency*, GI-TOC, 16 outubro 2024, <https://globalinitiative.net/analysis/criminal-networks-driving-the-amazons-climate-emergency>.
- 53 Rafael Moro Martins, Record de incêndio na Amazônia são obra de grileiros e pecuaristas, mas poucos são presos, Sumauma, 4 dezembro 2024, <https://sumauma.com/record-de-incendio-na-amazonia-sao-obra-de-grileiros-e-pecuaristas-mas-poucos-sao-presos>.
- 54 João Gabriel, 75% dos inquéritos por queimada e desmatamento na Polícia Federal não indiciam ninguém, Folha de São Paulo, 5 de janeiro 2025, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/01/75-dos-inqueritos-por-queimada-e-desmatamento-na-policia-federal-nao-indiciam-ninguem.shtml>.
- 55 Hannah Farias, Jefferson Almeida e Brenda Brito, Cenário da punição a desmatadores ilegais na Amazônia: Atualização dos resultados do Programa Amazônia Protégé, Imazon, 2025, <https://imazon.org.br/publicacoes/cenario-da-punicao-a-desmatadores-ilegais-na-amazonia-atualizacao-dos-resultados-do-programa-amazonia-protége>.
- 56 Marcio Meira, A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico, São Carlos: EduUFSCar, 2018.
- 57 *Findings of the ECO-SOLVE community dialogues in Belém, Brazil*, maio 2024.
- 58 Eugenia Perozo, *All eyes on Brazil's green bet*, Investment Monitor, 16 de dezembro 2024, <https://www.investment-monitor.ai/features/all-eyes-on-brazils-green-bet>.
- 59 World Resources Institute, *New economy for the Brazilian Amazon*, junho 2023, <https://www.wri.org/research/new-economy-brazil-amazon>.



**ECO  
SOLVE**



**GI-TOC**



**GIFP**  
Global Illicit Flows  
Programme



Funded by the European Union